

## MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: UM ENCONTRO DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS EM MARABÁ-PARÁ

**Mateus Monteiro Lobato**

Doutorando em Geografia – UNESP/Presidente Prudente  
[mateusmonteirolobato@gmail.com](mailto:mateusmonteirolobato@gmail.com)

**Marília Ferreira Emmi**

Professora do NAEA/UFPa  
[mfemmi@ufpa.br](mailto:mfemmi@ufpa.br)

### RESUMO

O sul e sudeste do Pará são as regiões com os maiores incrementos demográficos da Amazônia. Essa dinâmica demográfica intensa é alavancada por migrações intra e inter-regionais. Essas migrações são induzidas por relações socioespaciais voltadas para o fornecimento de produtos agroflorestais, que juntas ajudaram a forjar um mosaico espacial composto de diferentes trajetórias sociais. Logo, o objetivo desse trabalho é mostrar que esses encontros de trajetórias diferentes em Marabá, uma das cidades com os maiores incrementos demográficos, cria na cidade uma dinâmica socioespacial complexa. Para buscar essas respostas procuramos relacionar informações secundárias de diversas fontes oficiais e pesquisa de campo com observações e entrevistas. Esse cruzamento de fontes permitiu mostrar que o cenário em Marabá induz os fluxos migratórios que trazem essas trajetórias diferenciadas, os quais criam uma dinâmica socioespacial complexa e diferenciada.

**Palavras-chave:** Migração. Fronteira. Trajetórias sociais. *Commodities*.

### MIGRATION ON BORD: A MEETING OF SOCIAL TRAJECTORIES IN MARABÁ-PARÁ

### ABSTRACT

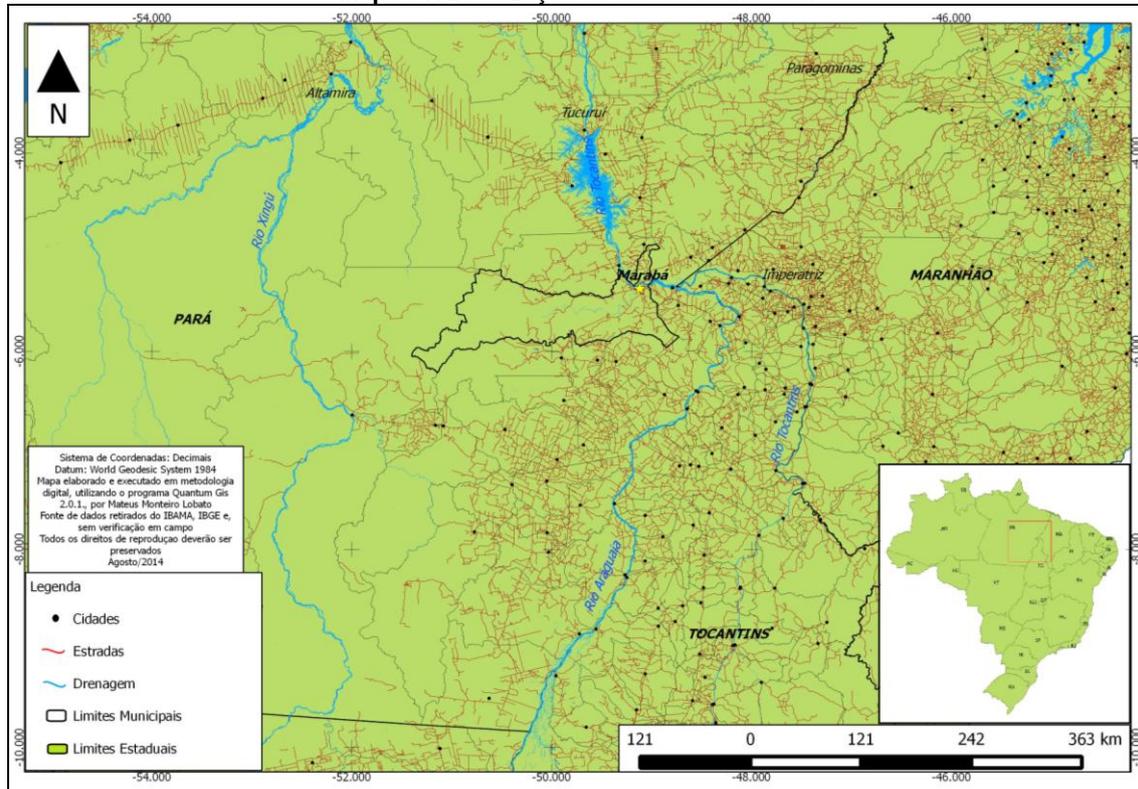
The south and southeast of Pará have the large demographic increase of Amazon region. This demographic dynamic is motivated by intra and inter-regional migrations. This migrations are stimulated for international market of agroforestry commodities, that together helped to forge a spatial mosaic composed by different social trajectories. The paper aims to show that this meetings of different trajectories in Marabá, one of the most demographic increase cities, creates in the city a differentiated sociospatial dynamic. To answer this questions, we tried to relate secondary information from various official sources and field research with observations and interviews. This crossing of sources allowed to show that the scenario in Marabá induces migration flows that bring these different trajectories, create a dynamics sociospatial complex and singular.

**Keywords:** Migration. Border. Social trajectories. *Commodities*.

## INTRODUÇÃO

Marabá tem a sua história formada por uma sucessão de momentos onde as relações socioespaciais foram diversificadas. Sendo uma cidade média situada no sudeste do estado do Pará (mapa 01), ela apresenta-se como um ponto convergente da política, da economia, da cultura e, principalmente, dos conflitos sociais ocorridos na região, pois exerce uma centralidade no contexto regional amazônico (RODRIGUES, 2010).

Mapa 01. Localização da cidade de Marabá.



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011).

Marabá de outrora viu o auge e o declínio da economia da castanha, que também marcou a trajetória de uma oligarquia castanheira, importante agente social local e regional (EMMI, 1999). Isso porque o surto de crescimento socioeconômico experimentado por Marabá dentro do período áureo da castanha imprimiu grandes marcas no território, pois foi desse momento em diante que Marabá começou a construir uma forte centralidade dentro do contexto do sudeste paraense. Para além do declínio de uma oligarquia agrária, esse momento mostrou como trajetórias sociais diferentes podem influenciar diretamente as configurações socioespaciais.

Da década de 1960 em diante, a fronteira da qual Marabá faz parte passa por nova reconfiguração socioespacial. O antigo padrão de ocupação do espaço predominante até por volta de 1960, baseado no leito dos rios, deixa de ser referência com a construção de eixos rodoviários. “As redes dos rios ditavam o tempo do transporte e das relações de deslocamento e de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução do modo de vida ribeirinho” (RODRIGUES, 2010, p. 83-84). Isso porque toda a rede produtiva, tanto do caucho quanto da castanha, estava conectada pelas principais vias de circulação amazônicas – os rios. Eles ditava o modo de vida dos ribeirinhos.

Então, as ações observadas a partir da metade do século XX foram influenciadas pela intensificação do processo de globalização, um novo estágio de ocupação da fronteira emergiu, a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Nesse novo estágio da ocupação da fronteira o mundo se volta para a fronteira enquanto fornecedora de *commodities*. Produtos como a madeira, a soja, os minérios e o gado são os grandes destaques da economia da fronteira (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2008; LOUREIRO, 2009).

É nesse novo período que os fluxos migratórios passam a ganhar mais um estímulo, colocando um ponto destacado no espaço da perspectiva migratória.

As motivações deste artigo se inserem dentro dessa dinâmica socioespacial observada desde a metade do século XX para mostrar que existe em Marabá um ponto convergente de trajetórias sociais diferentes, causando um conflito entre essas trajetórias.

Tendo em vista essa perspectiva de conflitos, onde o migrante é entendido nas formulações de Sayad (1998), qual o impacto dessas correntes migratórias no âmbito das trajetórias sociais encontradas em Marabá? É possível obter algumas conclusões sobre a influência dessa migração na dinâmica socioespacial de Marabá? Essas são algumas perguntas que procuraremos responder ao longo desse texto.

## **FRONTEIRA E MIGRAÇÃO: DUAS CATEGORIAS IMPORTANTES PARA ENTENDER A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE MARABÁ-PA**

Com o crescimento da economia da fronteira, fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX em diante, uma nova dinâmica de produção do espaço se instala em Marabá. E esta dinâmica é voltada ao fornecimento das *commodities*: minérios, soja, gado e madeira.

Esses quatro produtos formam uma dinâmica econômica voltada para o relacionamento com o mercado externo. Então, com a intensa integração mundial a partir do processo de globalização, o crescimento na produção de *commodities* se multiplicou, é o caso da atividade madeireira, da atividade mineradora, plantação de soja e da produção de derivados da pecuária, que ganharam espaço na economia regional a partir da década de 1980/90.

No entanto, a região onde está Marabá já observou outros estímulos para modificar a dinâmica produtiva. A exploração do caucho, a mineração de diamantes e coleta da castanha são exemplos de atividades importantes para a formação e consolidação da centralidade de Marabá. Porém, observando o objetivo deste artigo, o período de abertura ao capital da fronteira a partir da década de 1960 será priorizado.

A disputa entre os troncos oligárquicos em Marabá vai durar até por volta de 1960. Isso porque daí em diante, o Estado brasileiro passa a intervir massivamente na Amazônia, tudo em nome da grande disparidade regional (DINIZ, 2001).

As obras de grande impacto na dinâmica regional nesse período foram a construção dos eixos-rodoviários: Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Esses eixos foram concebidos para interligar a Amazônia ao resto do Brasil. Por isso, o marco das mudanças na região de Marabá é a construção dos eixos de penetração. Este é sem dúvida um ponto de inflexão entre a cidade dos oligarcas e a cidade do “capital”. Esses eixos fizeram parte de um projeto maior de integração nacional, pois foram criados com o objetivo de interligar a Amazônia as outras regiões do Brasil (HÉBETTE, 2004).

Foi assim, pelas estradas, que outras lógicas também “escoaram” de espaços já consolidados. Essas novas lógicas contribuíram para tirar das antigas oligarquias castanheiras o monopólio do controle da terra exercido pela exploração da castanha. A partir desse momento surgem novos interesses, que somados aos antigos, passam a disputar a hegemonia do controle da terra (EMMI, 1999).

Uma nova lógica de produção vai se consolidar na Amazônia. Pois, com a abertura das estradas a lógica da agricultura extensiva (latifúndio) vai começar a ser estimulada. Isso porque a terra, recurso natural secundário na estrutura econômica ditada pelo monopólio do comércio através do aviamento (EMMI, 1999; LOUREIRO, 1992; FERNANDES, 1999), passa a ser expressão do poder regional, o qual anteriormente baseado no comércio:

[...] A terra torna-se mercadoria da mesma forma como qualquer outra. De base e expressão maior do poder, numa economia extrativista não-especificamente capitalista, ela passa a ter uma expressão, em certo sentido secundário, numa economia fundamentada no capital industrial-financeiro. Isto ficou patente com os novos latifúndios apropriados pelos grandes bancos como o Bamerindus em Marabá (54.597 ha) ou o Bradesco em Conceição do Araguaia (61.036 ha) ou ainda pelas indústrias multinacionais como a

Volkswagen (139.392 ha) em Santana do Araguaia (INCRA, 1980 apud EMMI, 1999, p. 110).

Os oligarcas da castanha tinham sua atenção voltada totalmente à terra dos castanhais, pois a eles estava reservado o monopólio do comércio, e isso bastava para que pudessem exercer o controle político e social na região (EMMI, 1999).

Outro elemento importante foi a descoberta na década de 1950 dentro do município, de uma das maiores províncias minerais do mundo, na serra dos Carajás, que resultou no Projeto Grande Carajás (PGC) instaurado pelo Governo Federal, no qual Marabá foi eleita como sendo centro logístico para o projeto (ALMEIDA, 2008). Esse projeto era composto de várias outras obras como núcleos urbanos, ferrovias, barragens, estradas e outras obras.

O último período vai ser marcado pelo processo de redemocratização da sociedade nacional desencadeado pelos governos militares a partir da década de 1980, que junto com a intensificação do processo mundial de globalização promoveram alterações nas configurações socioespaciais dos territórios. Dentro desse contexto histórico estava o crescimento de uma crise financeira nacional, que reorganizou os papéis dos territórios na divisão do trabalho nacional e internacional.

Para Rodrigues (2010), Marabá exerce uma centralidade dentro da atual Divisão Territorial do Trabalho (DTT), justamente porque ela vem desenvolvendo um novo papel dentro da região sudeste paraense.

Marabá vem passando por um intenso processo de transformações como resultado do avanço de frentes econômicas, demográficas, de rearticulações de antigas elites econômicas, da inserção de novos agentes capitalizados na cidade, bem como de articulações políticas e de mobilização dos movimentos sociais, dentre outros atores sociais que constituem a cidade enquanto espaço de contradições inerentes a uma divisão social e territorial do trabalho (RODRIGUES, 2010, p. 126).

Esses eventos que ocorreram ao longo das últimas décadas produziram mudanças significativas dentro do município, isto porque houve a introdução de novos agentes na estrutura social de Marabá. Uma consequência espacialmente visível, sem dúvida nenhuma, foi o retalhamento do território marabaense. Um amplo processo de reconfiguração dos territórios municipais, que inclusive pode estar conduzindo a uma partilha ainda maior, ou seja, a construção do estado do Carajás (COELHO, 1997).

O entendimento dessas novas configurações deve acompanhar a mudança na reprodução capitalista dentro do território (RODRIGUES, 2010). Dentro do espaço intraurbano do município, por exemplo, vem ocorrendo:

[...] Uma lógica de estímulo à valorização e à competição, pelo uso do solo urbano, parece estar se manifestando nas paisagens urbanas da cidade, quando se leva em consideração a expansão do setor imobiliário na cidade de Marabá e a territorialização de assentamentos residenciais [...] (RODRIGUES, 2010, p. 126).

Esta centralidade urbana que está presente atualmente só pode ser plausível se for imputada ao Poder Público considerável parcela. Como já dito, primeiro com a construção da Belém-Brasília e Transamazônica e segundo, com a política de incentivos fiscais e a construção de grandes projetos minerais como o Projeto Grande Carajás (PGC). Rodrigues (2010, p. 143) aponta como sendo primordial no entendimento da centralidade política de Marabá “o papel exercido pelo Estado como agente indutor de estratégias de planejamento e gestão para a Amazônia Oriental [...]”. Aquele Poder Público tão próximo das oligarquias no passado, agora no presente, tão distante.

Atualmente, Marabá vem exercendo uma liderança regional dentro de um contexto de franco crescimento de modernas *commodities*: soja, gado, madeira e minérios.

O crescimento do rebanho bovino pode ajudar a visualizar o dinamismo do setor pecuário. No ano de 1995, o Censo Agropecuário registrou 6.080.431 cabeças de gado. Em 2006, o número

dobrou, passou para 13.354.858, e no ano de 2010, o rebanho ficou em 17.633.339 cabeças. É importante salientar que a partir de 2006 o controle do desmatamento passou a termos mais rigorosos. E as duas atividades que mais foram atingidas foram pecuária e madeireira.

No que tange à produção de soja, as conquistas científico-tecnológicas feitas por instituições como a Embrapa, tem permitido que limitações climáticas para a plantação de soja sejam transpassadas tranquilamente. Portanto, paulatinamente, o plantio e produção de grãos vem avançando em direção à região sul-sudeste paraense. Buscando novas áreas para o plantio e novas vias de escoamento de sua produção (BECKER, 2001, 2004).

A previsão de produção de soja para o Estado do Pará para a safra de 2010, segundo o Censo Agropecuário, foi de 243.016 toneladas e para a safra de 2011 é de 317.251 toneladas. Registrando por isso um crescimento de quase 75% em apenas um ano.

Esse avanço da soja iniciou-se principalmente na década de 1980, partindo da cidade de Itiquira, sudeste do Mato Grosso. Nos anos de 1990, a frente alcança Campo Novo dos Parecis, Sorriso, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde. Daí em diante, o cultivo da soja vai avançando paulatinamente seguindo o rumo da BR-163 – Cuiabá-Santarém (IBGE, 2011d).

Apesar da expansão da soja para região de Marabá encontra-se em estágio menos avançado que na área da rodovia BR-163, oeste do Pará, o crescimento no sul e sudeste já é estimulado por políticas públicas.

Hoje em dia, o crescimento de alguns pólos de plantio de soja na região de Santarém e de Marabá e Redenção, no Pará, reflete a implementação de políticas estaduais de incentivo a plantios comerciais fora das áreas de expansão dessa cultura nos cerrados de Mato Grosso, Tocantins e de Balsas, no sul do Maranhão e Piauí (IBGE, 2011d).

A atividade madeireira também está destacada nessa área dentro deste momento da ocupação da fronteira. Isso porque sua rentabilidade vem permitindo que as serrarias sejam constantemente mudadas de lugar, conforme o avanço da frente madeireira, colocando a região numa posição de destaque no cenário mundial na produção de madeira e alguns móveis (LOUREIRO, 2009).

Na atividade madeireira, foram considerados apenas a produção de lenha e madeira em tora. Tomando como referência essas duas variáveis, o IBGE registrou para o sudeste paraense – microregião de Marabá – 785.122 e 3.554.245 metros cúbicos respectivamente. Para o estado inteiro esse número ficou 4.380.237 e 10.645.334 m<sup>3</sup>, para lenha e madeira em tora. Aproximadamente 18% e 33% para as duas categorias.

Na verdade, a atividade madeireira forma um consórcio altamente rentável com a pecuária. A estrutura desse consórcio se faz basicamente pela impulsão das frentes madeireiras pelo lucro gerado pela atividade pecuária. Juntas, essas duas atividades respondem pela maior parte das áreas desmatadas da Amazônia (MARGULIS, 2003).

Já a atividade mineratória talvez seja a que apresenta maior visibilidade. Pois, a produção vem batendo recordes de extração constantemente. Esse crescimento pode ser observado diretamente na configuração espacial do sudeste paraense.

A produção mineral do Pará, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi de R\$ 17.946.917.955 para o minério de ferro, R\$ 435.453.870 para o Manganês e para o alumínio R\$ 1.919.766.604 no ano de 2012. Com relação à produção mineral o Pará está sempre nas primeiras posições da produção nacional.

Marabá está com previsão de receber a Aços Laminados do Pará (ALPA), orçada inicialmente em 5,3 bilhões, ela é o maior negócio em andamento no Brasil. A ALPA terá capacidade inicial de 2,5 milhões de placas de aço por ano e precisará de 107 megawatts de energia. A inserção inicial da siderúrgica vai gerar aproximadamente 16 mil empregos, após entrar em operação esse número cairá para 2.600 diretos e 2.500 terceirizados (PINTO, 2010).

Mas, a construção da ALPA em Marabá vem sofrendo vários percalços. É necessária uma extensa investigação para definir com segurança quais os principais motivos para a lentidão na

construção dessa siderúrgica, esforço que está além do escopo do artigo. A princípio, o que pode haver de impasse é que só a implantação da siderúrgica sem o investimento em infraestrutura inviabilizará o projeto. Para esse caso, deve haver uma contrapartida do Estado.

É nesse cenário que está sendo induzindo fluxos migratórios em direção a Marabá, e esses fluxos vem confrontando trajetórias sociais diferentes, de paulistas, mineiros, baianos e de outros estados. Tendo em vista essa perspectiva de conflito de trajetórias sociais é que se observa motivações para as transformações socioespaciais observadas em Marabá.

## **O PERFIL DA POPULAÇÃO MARABAENSE**

Os Censos elaborados pelo IBGE apontam a origem dos migrantes que chegam em Marabá. Por ordem decrescente, temos primeiro o Pará, que indica as chegadas de outros municípios do Estado, em seguida, temos Maranhão, Goiás, Piauí, Tocantins, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco como os dez primeiros.

Com exceção do Pará, o claro predomínio é do estado do Maranhão, seguido de Goiás, do Piauí e do Ceará, para ficar nos estados mais relevantes. As principais origens ainda são daqueles estados circunvizinhos de Marabá, ou que de certo modo fazem parte da área de influência da centralidade de Marabá. Essa indicação da forte influência nas áreas próximas ainda está presente e foi um elemento inicialmente levantado por Lagenest (1958) nas primeiras décadas de formação de Marabá, quando os rios ainda eram as vias principais.

Além dessa tendência de crescimento, mostra-se interessante outra, mas de origens não muito comuns como os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba, Mato Grosso, Distrito Federal, Rondônia e Amapá.

Esses cinco períodos mostram um crescimento da migração para Marabá de vários destinos do Brasil. No entanto, o crescimento mais destacado de algumas origens em um período revela o aparecimento de outros modais de circulação, como por exemplo, as estradas. Isso implica dizer que a dinâmica demográfica de Marabá não se restringe apenas a sua área de influência como fora visto nos períodos da metade do século XX.

Mais recentemente, quando se menciona o crescimento da migração de estados mais distantes, mostra também que além desses três modais (hidroviário, rodoviário e ferroviário), ainda existem as chegadas por via aérea, que vem aumentando nos últimos anos, possivelmente ocasionado pelo crescimento do setor de aviação civil nacional e o barateamento das passagens aéreas.

De forma geral, somando-se apenas os dados apontados para o número de pessoas de outras regiões, temos 65.114 migrantes, o que equivale a pouco mais de 38% da população de Marabá. Infelizmente, não é possível identificar qual a origem das 97.340 pessoas de naturalidade paraense, pois as informações do IBGE não têm um nível de desagregação que permita identificar essa origem. Tão logo, a identificação do perfil migratório se pauta nas origens determinadas pela contagem do IBGE para outros estados e regiões brasileiras.

Para os gêneros, a comparação com os números dos dois últimos Censos Demográficos não há conclusões relevantes para esse artigo, pois a diferença entre o número de homens e mulheres em Marabá se mantém com pouca variação. Para o ano de 2000 haviam 84.709 homens e 83.311 mulheres, para o ano de 2010 o IBGE contou 118.196 homens e 115.473 mulheres. A proporção entre homens e mulheres não sofreu muita alteração.

Atualmente com o censo de 2010, a população do município de Marabá é de 233.669 habitantes. Como o Brasil vive um período de transição demográfica iniciado desde a metade do século XX, em que as taxas de fecundidade e natalidade iniciaram trajetórias decrescentes desde esse período (BERQUÓ, 2001), o papel das migrações, principalmente da interna, é crucial para esse crescimento demográfico elevado de Marabá.

A modificação do perfil da fronteira com o crescimento da produção dos quatro principais produtos: gado, soja, madeira e minérios, estão alimentando esses fluxos migratórios os quais tem papel importante na dinâmica demográfica de Marabá.

## MIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CONFLITO EM MARABÁ

Muito se tem discutido a migração na Amazônia do ponto de vista da mobilidade da mão de obra. Essa visão teórica da migração, do migrante enquanto uma força de trabalho que se desloca no espaço, não prioriza outros elementos, como a cultura, por exemplo.

Porém, é importante realizar uma discussão da relação entre a migração e o contexto social ao qual ela se insere, ou seja, tratar das consequências desse processo migratório intenso para Marabá do ponto de vista das características socioespaciais, procurando ir além da perspectiva da migração apenas como deslocamento da força de trabalho pelo espaço.

O entendimento principal desta parte se direciona para as considerações sobre as trajetórias sociais dos migrantes feitas por Sayad (1998). Ele estudou o caso dos imigrantes argelinos que foram para a França trabalhar nas décadas de 1970 e 1980.

Sayad (1998) desenvolveu suas ideias sobre a migração internacional, instaurando o entendimento que os processos migratórios são dotados de lógicas próprias que os tornam um sistema por si só. Logo, dentro desse sistema estão embutidos a relação intrínseca entre o local de origem e o local de destino do migrante.

Dessa feita, suas ponderações no campo sociológico vão além de qualquer contexto socioespacial. Isso porque, o entendimento que Sayad (1998) tem sobre a migração define o processo como um fato social completo, já que tanto a imigração como a emigração fazem parte de uma mesma realidade, que assim se complementam.

Na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo [...]. [...] O que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração [...] (SAYAD, 1998, p. 14)

Essa visão sobre migração de Sayad (1998) faz com que a migração esteja além de um deslocamento apenas físico, dentro do espaço. Mas, realizado num espaço qualificado em vários sentidos: social, econômico, cultural ou político. Portanto, ao falar em processos migratórios é imediata a necessidade de situá-los num contexto histórico, principalmente dentro das estruturas sociais dos campos de deslocamento: origem e destino dos migrantes (CASTIGLIONI, 2009).

A abordagem de migração proposta por Sayad (1998) institui um grande avanço nos estudos sobre o fenômeno migratório, por instaurar uma visão em que os migrantes transitam em estruturas sociais distintas do seu local de origem. Portanto, cada migrante ou grupo de migrantes, tem uma trajetória social diferenciada, construída a partir de um constante contato com as estruturas sociais distintas do(s) seu(s) local(is) de origem. Mas, esse processo produz modificações tanto no local de origem como no de destino.

Os fluxos migratórios destinados à Marabá podem ser encarados a partir de várias interpretações que permitem identificar essas diferenças de contextos e estruturas sociais presentes nos deslocamentos populacionais.

Martins (1997) trabalha com uma orientação, que sem se deter completamente no fenômeno migratório, reflete sobre tempo e temporalidades diferentes. Esses tempos históricos desiguais são inseridos na fronteira e causam situações de conflitos.

A proposta deste texto é também refletir sobre essa perspectiva de encontro de trajetórias sociais desiguais, que em alguns casos se encerra no conflito entre as partes, pois há o choque entre as trajetórias sociais de cada migrante no contexto de chegada.

Segundo Silva (2006), por muito tempo se privilegiou a construção da fronteira a partir de várias dimensões, porém, a cultura foi negligenciada dentro dos estudos da fronteira.

Não se trata aqui de adotar firmemente a orientação teórico-metodológica de Silva (2006). Apenas de buscar elementos para avançar nas discussões sobre fronteira e fornecer reflexões para ir além do predomínio das visões economicistas de fronteira.

Portanto, mais a frente estará um esforço para delinear as consequências da migração, tendo como perspectiva essas diferenças de trajetórias sociais. Logicamente serão marcados três sintomas desta diferença entre trajetórias.

### **AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS CONVERGENTES E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM MARABÁ**

Uma das consequências dessa perspectiva das trajetórias sociais diferenciadas está dada a partir da transitoriedade das relações sociais estabelecidas pela sociedade marabaense. Duas posições historicamente distantes falam disso. Primeiro Lagenest (1958, p. 81):

É difícil caracterizar o comportamento social e político de uma sociedade ainda em formação, pois elementos muito heterogêneos e até contraditórios, podem se encontrar justapostos. O fato de Marabá ser uma cidade estável com uma população essencialmente instável, marcará evidentemente seu comportamento social e político.

O padre estrangeiro estava se referindo à grande instabilidade populacional que se fazia presente em Marabá na época da exploração do caucho e da castanha. Por conta dessa flutuação da população com os períodos de pico na extração do caucho e da castanha, as relações sociais em Marabá não eram facilmente estabelecidas de forma duradoura. “[...] Este vai-e-vem de pessoas de fora que só aparecem em Marabá para vender e comprar, faz com que os rostos encontrados sejam sempre novos [...]” (LAGENEST, 1958, p. 29).

Não era raro em Marabá, segundo Lagenest (1958), a família ter uma casa em Belém, na qual ela passava a maior parte do tempo, retornando no período de safra da castanha para dirigir a produção e comercialização.

Já na década de 1960/70, numa época em que a migração toma um grande impulso com a expansão do capital pela fronteira, essa perspectiva de provisoriedade ainda vai se fazer presente na cidade. Pois isso foi concluído por Silva (2006), ao fazer contato e o registro da população marabaense para revelar os diversos caminhos culturais dessa população.

Silva (2006, p. 32) constata essa mesma transitoriedade em Marabá de outrora e resume assim:

Esses registros revelam situações de um lugar no qual os valores e as relações sociais são atravessadas pelas perspectivas de provisoriedade e da transitoriedade. Uma realidade na qual os espaços e os papéis sociais estão apenas precariamente acordados.

Mais recentemente, Marabá construiu em si um ambiente de crescimento com a nova fase de expansão do capital para a fronteira. Apesar do momento atual ser de crescimento, mesmo que seja apenas no âmbito econômico, essa Marabá efêmera dos outros dois períodos, ainda continua servindo para alguns como uma cidade provisória, onde a qualquer momento, ao aparecer uma oportunidade melhor, a troca acontecerá.

Por isso, mesmo nos dias atuais, ainda existe essa provisoriedade das relações sociais em Marabá, observadas por Lagenest (1958) e Silva (2006) em períodos pretéritos, apesar de não ser com a mesma intensidade e frequência que antes.

Essa situação é observada por três informantes que moravam em Belém e foram aprovadas no concurso público aberto pela prefeitura municipal de Marabá. Essas pessoas, que foram aprovadas em concurso público, ou seja, adquiriram uma certa estabilidade social e financeira, ainda mostram não estarem totalmente satisfeitas com a vida em Marabá e gostariam de voltar para a capital. As três pessoas têm, portanto, o mesmo perfil, funcionários públicos de ingresso recente na prefeitura municipal de Marabá.

Uma entrevistada, professora que trabalha para a prefeitura numa escola municipal na cidade de Marabá, informou que foi chamada recentemente para ingressar na carreira pública, uma carreira que confere estabilidade e progressão ao funcionário. Segundo ela, esse emprego é apenas temporário, pois ela deseja fazer um concurso para a capital. Outro entrevistado tem o

mesmo perfil da anterior. Esse segundo entrevistado também deseja retornar para a capital, pois segundo ele sua história de vida foi feita em Belém. Por último, mais uma pessoa entrevistada manifestou desejo retornar para Belém. Segundo ela não houve adaptação ao cotidiano da cidade de Marabá: clima, convívio e trabalho.

Do ponto de vista do poder, num de seus capítulos importantes, Marabá viu o declínio de uma oligarquia que dominou o cenário sociopolítico por vários anos, agindo conforme suas necessidades a partir de diversas alianças políticas (EMMI, 1999). O fator decisivo para essa crise do bloco político consolidado pela oligarquia tradicional marabaense foi a entrada de novas lógicas sociais, políticas e econômicas. A investigação começa então sobre o processo de mudanças sociais por qual vai vivenciar Marabá:

A partir da década de 60, Marabá deixa de ser apenas a terra dos castanhais como era conhecida em décadas anteriores. As áreas de castanhais vão perdendo a primazia num campo mais complexo de interesses econômicos. Para o município se volta o capital industrial e financeiro que especula sobre a terra graças aos incentivos fiscais ou visa às riquezas do subsolo. Os novos rumos da política econômica e a decisão de integrar ao mercado nacional a região amazônica determinaram mudanças na estrutura de poder local apoiada até então no comércio da castanha. Essas mudanças se traduzem em nível da terra, da competição pelo crédito e pelos favores fiscais, das relações de trabalho, da fidelidade partidária, condicionando nova estrutura de poder (EMMI, 1999, p. 152).

A estrutura social, política e econômica formada e consolidada em Marabá até antes dessa abertura da fronteira, criou uma lógica de reprodução social específica em Marabá do ponto de vista da dimensão política. E esse marco histórico trouxe outras lógicas sociais e políticas, construídas em contextos socioespaciais diferentes. Portanto, esse declínio da oligarquia esteve ligado diretamente com o processo de migração. Entretanto, essa migração que contribuiu para abalar a hegemonia político-econômica teve uma particularidade.

Um dos primeiros capítulos desse processo migratório que contribuiu para a crise da hegemonia regional da oligarquia castanheira de Marabá começou a ser desencadeado pelas ações da Fundação Brasil Central (FBC), que foi criada pelo decreto – lei nº 5.878, no dia 4 de outubro de 1943, no governo de Getúlio Vargas.

O objetivo principal da FBC era “integrar” ao resto do Brasil a parte central do país. Para alcançar seu objetivo, a fundação precisou ser aparelhada de maneira a estimular a migração para essas áreas “vazias” (FERNANDES, 1999). Logo:

Para cumprir os seus objetivos, a Fundação passou a contar com grandes áreas de terras que foram incorporadas ao seu patrimônio. Eram terras do domínio dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás que foram repassadas para o domínio da União para serem distribuídas pela F.B.C. (FERNANDES, 1999, p. 34).

Com a abertura da fronteira a partir de 1960, essa oligarquia começa a ver sua hegemonia ameaçada por outras lógicas. Essas outras lógicas foram trazidas por novos grupos familiares, vindos principalmente do centro-sul do país. Esse período ficou marcado pelo “desbravamento” da Amazônia por outras famílias. Foram grandes fazendeiros cafeicultores de São Paulo. Um desses pioneiros foi João Lanari do Val, fazendeiro da região de Ribeirão Preto procurava expandir suas posses para outros lugares. Depois dele, vieram também os Lunardelli e os Malzoni (FERNANDES, 1999).

A região sudeste e sul do estado começou a ver chegar vários indivíduos ou grupos, que tinham uma coisa em comum: formaram suas trajetórias sociais bem distantes dos domínios dos castanhais de Marabá. Eram pessoas que construíram suas fortunas a partir do capital urbano industrial (COSTA, 2000).

A partir daí, foram surgindo vários desdobramentos desse processo de ocupação da fronteira. Isso aconteceu nas fazendas, pois como os donos dos estabelecimentos raramente tinham a possibilidade de estarem acompanhando suas propriedades, eles colocavam pessoas de confiança

para administrar a propriedade – os gerentes. Esses gerentes estavam diretamente em contato com a vida social da região, e não raro eles se tornaram figuras importantes do cenário político: vereadores, assessores, secretários, prefeitos e deputados (FERNANDES, 1999).

Desse momento em diante com a entrada em cena desses novos agentes sociais, a situação das oligarquias começou a ficar complicada do ponto de vista da hegemonia política. A tentativa das oligarquias de se rearticular para não perder completamente a sua condição de fração dominante, priorizou o distanciamento com esses “novos fazendeiros” (EMMI, 1999).

Já havia claramente uma cisão em Marabá de dois projetos de “desenvolvimento”, o que era fundado nessa nova lógica de apropriação e reprodução do capital – representado pelo projeto de aproveitamento mineral, de alto impacto na natureza – e a continuidade do modelo antigo – que era organizado principalmente ao redor da extração da castanha, que não causava tanto impacto aos recursos naturais (BUNKER, 2003). Foram expedidos vários documentos que foram enviados para diversas autoridades, além de que saíram várias matérias em jornais da época exaltando essas diferenças, mostrando que eram diferenças regionais (EMMI, 1999).

Nessa situação fica evidente que as “diferenças regionais”, tão exaltadas pelas oligarquias regionais, só podem ter sido trazidas por esses novos indivíduos e grupos familiares que foram estimulados a vir e começaram a aportar em Marabá com a abertura da fronteira a partir da década de 1960. Como já dito, são famílias que tem suas origens em outras regiões, logo tem diferentes trajetórias sociais, que passam a entrar em conflito com as trajetórias locais.

Acredita-se que essa diferença se deve ao fato que a migração inter-regional em Marabá é grande, com pessoas originadas do nordeste e do sudeste do Brasil principalmente.

Hoje, esta diferença regional importante em outras épocas às oligarquias castanheiras, parece ter se diluído pela sociedade marabaense, ao ponto deles procurarem evidenciar esse fato ao constituírem um projeto de criação de um novo território. Isso foi claramente mostrado no período da campanha para a criação do Estado do Carajás.

No momento da visita de campo, as elites locais, que tinham grandes motivações para consolidar a criação desse novo estado, faziam questão incluir nas suas estratégias para criação do estado, várias formas de deixar evidente essa diferença regional com o nordeste paraense, com a sede do poder político local e que segundo eles afirmavam, o poder repressor.

Logicamente, a orientação teórico-metodológica do trabalho indica que por ser uma região que recebe vários fluxos migratórios, os aspectos sócio-culturais tendem a se diferenciar do nordeste paraense. E nas visitas feita a Marabá, foi possível constatar vários aspectos diferentes: músicas, comidas e linguajar, por exemplo. Por isso, o sotaque, a culinária e o perfil cultural eram mostrados como ponto de divergência da parte nordeste do estado e assim poderiam corroborar essa reivindicação territorial.

Outro ponto que permite indicar essas diferenças de trajetórias sociais incutidas dentro da Amazônia pelas migrações concerne à organização política do campesinato amazônico.

Por muito tempo, a população ribeirinha amazônica reproduziu sua condição política de forma bastante isolada. Seu modo de vida relacionado com a várzea é bastante peculiar, ou seja, o desenvolvimento a partir de sua condição isolada e pouco conectada com as outras comunidades. Esse relativo isolamento<sup>2</sup> era sazonalmente rompido quando eram celebradas as festividades religiosas. Eram, portanto nessas festas e eventos religiosos que as comunidades mais distantes umas das outras tinham um contato mais próximo.

É nesse sentido que a organização política do camponês amazônico não era suficientemente consolidada. Para Loureiro (1992), o campesinato não estava completamente articulado para tentar fazer frente às elites e oligarquias regionais e assim procurar romper com essa grande exploração a qual estava sendo submetidos. Eles viviam em uma condição de isolamento político.

Sobre essa condição política da maioria da população amazônica Loureiro (1992, p. 118) escreve que:

---

<sup>2</sup> Esse isolamento aqui apontado não tem o mesmo sentido que é dado pelas correntes mais ou menos dominantes que entende que a Amazônia é um vazio demográfico isolado abordado no primeiro capítulo. Esse isolamento está mais próximo da ideia de autonomia do que propriamente de isolamento por dependência.

Embora vivessem condições mais ou menos idênticas todas elas, não estabeleceram historicamente formas políticas de organização e reação social que se pudessem engajar à expansão do capital de forma a serem, também elas, beneficiárias do processo. Suas formas de organização cultural mais expressivas estiveram sempre ligadas a festividades religiosas, folclóricas ou místicas, mas sempre episódicas e desprovidas de um conteúdo reivindicatório ou contestador de classe. Do ponto de vista da organização econômica, com vistas à sobrevivência individual e em grupos, articulam-se sempre mais com a natureza próxima do que sob formas de produção e comercialização relativos à sociedade global [...].

E nessas condições, ela conclui da seguinte forma:

Assim, embora milhares de pequenos produtores vivenciassem idênticas condições sociais, não se apercebiam como classe nem se organizavam de forma a reagirem prontamente à ação e aos interesses dos grupos econômicos (LOUREIRO, 1992, p. 118).

Mesmo as classes mais abastadas, que dominavam a cena política regional, estavam tendo problemas com novos interesses recém chegados e passaram se agrupar. É o que conclui Fernandes (1999, p. 91-92):

Os interesses dos grupos regionais não coincidiam com interesses dos grupos pioneiros. Prevalciam duas lógicas distintas, com evidência aos pioneiros. Este aspecto marcará a diferença de interesses entre os grupos proprietários de terras da região e os “novos” donos de terras que vinham “desbravar” a Amazônia.

Da década de 1970 em diante, com a entrada de outro tipo de trabalhadores rurais, a organização política do camponês amazônico começa a se alterar. Primeiramente de forma muito tímida, esses camponeses começam a contestar o poder da tradicional oligarquia castanheira de Marabá. A migração contribuiu para dar movimento a essa mudança pois:

A chegada de migrantes e de trabalhadores de *todos os horizontes* mudou a composição desse “povo” e o transformou. Esse novo povo ganhou uma força incontrolável pelos instrumentos do poder oligárquico [...] (EMMI, 1999, p. 133, grifo nosso).

Foi com a chegada desses novos camponeses que a luta política no sudeste paraense ganhou um novo capítulo, pois no início da década de 1950, é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. É também dessa época a criação da Associação Rural de Marabá (17/07/1951).

A criação desse sindicato pode evidenciar um novo direcionamento social, o qual pode ter surgido pelo contato com outras trajetórias sociais de outros migrantes, principalmente os camponeses vindos do nordeste, onde a experiência das Ligas Camponesas era amplamente divulgada.

O último elemento que evidencia essas diferenças de trajetórias também surgiu em consequência da expansão do capital em direção a fronteira amazônica. E foi dado pelas mudanças que aconteceram no espaço intraurbano de Marabá.

A partir da segunda metade do século XX, a cidade de Marabá vai ser escolhida para exercer um papel importante no novo capítulo de ocupação da fronteira. Ela seria escolhida para ser o centro logístico dos grandes projetos que seriam instalados na região.

Marabá foi vista dentro dos planos governamentais como ponto de apoio ao Projeto Ferro Carajás. A sua estrutura urbana seria fundamental no fornecimento de serviços, produtos e como base para a atividade a ser desenvolvida na mina de ferro. A cidade estava sendo disponibilizada para os novos interesses que se fixavam na região, seja do próprio Estado, seja do capital privado no que se referiam às terras oferecidas a um custo mínimo (ALMEIDA, 2008, p. 21).

Porém, a despeito desses predicados urbanos de Marabá poderem ser aproveitados, a cidade apresentava um “grave problema” ambiental que poderia comprometer o andamento das atividades a serem desenvolvidas.

O abastecimento permanente de massas de ar úmido permite consolidar um clima com muito poucos períodos de estiagem. Por conta desse clima bastante chuvoso, a rede hidrográfica da região amazônica figura como sendo a mais extensa e complexa do mundo. Esse clima e a rede hidrográfica conformam um ambiente amazônico cingido em duas características bastante distintas: terra-firme e várzea. Sendo essa última distinta da primeira por ter seus terrenos periodicamente alagados por conta das chuvas e enchentes dos rios amazônicos (AB'SABER, 2003).

Pois bem, como Marabá está dentro dessa área de várzea ela está sujeita periodicamente a essas enchentes. O núcleo urbano pioneiro é praticamente tomado pelas águas dos dois rios que se encontram na frente de Marabá nos meses de novembro até por volta de abril, que dependendo do rigor das chuvas essa enchente pode atingir até as cotas mais elevadas da cidade.

Do ponto de vista da reprodução do capital, essas enchentes causariam interrupção no fornecimento dos serviços básicos dos escritórios, lojas, agências e bancos. Esse problema foi prontamente constatado, como mostra Almeida (2008, p. 22):

Em 1970 uma avaliação feita por técnicos enviados pelo Governo Federal, a respeito da área original de Marabá, conclui pela incapacidade do antigo sítio urbano de comportar um processo de crescimento. Era preciso, aos olhos dos técnicos que elaboravam as políticas públicas, preparar um plano de expansão urbana em um outro local, distante da área afetada pelas constantes enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas.

A partir dessa constatação é que foi desencadeada a elaboração de um plano de criação de um novo núcleo urbano em Marabá, que foi desde ações simples de ordenamento territorial até atitudes maiores, como a mudança de jurisdição municipal para federal.

Para a população marabaense, esse movimento ascendente e descendente do nível dos rios não configurava como uma situação problema. Tanto que os tipos de casas na velha Marabá eram bastante rústicos e “provisórios”, pois os moradores não se interessavam em investir numa construção que seria danificada após uma enchente. Além do mais, a elevação do nível dos rios não acontece de maneira brusca e perigosa, ou seja, o avanço das águas é gradual e constante, isso permite que a qualquer momento os moradores decidam sair (ALMEIDA, 2008).

O cotidiano em Marabá era, portanto, adaptado aos períodos de elevação das águas porque os moradores tinham uma relação muito forte com o rio, e não viam qualquer problema em passar alguns meses do ano com suas casas encobertas pelas águas. As enchentes viravam uma preocupação maior apenas de dez em dez anos, quando os moradores iam para casa de parentes. Pelo contrário, para alguns nesses períodos eram um momento de levantar um faturamento extra, como é o caso dos barqueiros, que fazem o transporte das pessoas e dos móveis.

Os investimentos do Estado para integrar a Amazônia à economia nacional tiveram papel importante para modificar essa relação estabelecida aqui entre sociedade e natureza. Ab'Saber (2003, p. 76) divide essa mudança em dois ciclos.

Houve um primeiro ciclo, de estilo marcadamente pontual e estratégico, através do qual se esboçou o enquadramento territorial da Amazônia para a dominação portuguesa (séculos XVII e XVIII). Seguiu-se, a partir de meados do século passado, um tipo de ocupação linear, beiradeiro e extrativista, propiciando indiretamente pelas descobertas das propriedades da borracha para o industrialismo inglês.

O ciclo seguinte, que começa por volta da metade do século XX, ele define da seguinte forma:

Mais recentemente, após o grande período da borracha – com seus sucessos e fracassos – aconteceu uma ocupação desordenada nas bordas da Amazônia oriental e meridional, atingindo o sul do Pará, o norte de Mato

Grosso, Rondônia e o Acre sul-oriental. Ao estilo de ocupação e usos do passado, pontuais ou lineares, sucedeu-se um modelo areolar e metastático de supressão de florestas de terra firme interfluvial para a instalação de monótonas e pouco produtivas agropecuárias. Um ciclo de pastagens desagradáveis, no coração das selvas, a partir de cabeceiras de igarapés e pequenos rios, interferindo na vicinalidade e cultura das comunidades de pequenos cursos d'água regionais (AB'SABER, 2003, p. 77).

Começava a se instaurar uma nova dinâmica social fundada na terra firme, que viria alterar sobremaneira a dinâmica secular fundada nos rios e igarapés presente na Amazônia e em Marabá. E o vetor de difusão dessa nova dinâmica pelo território amazônico (especialmente nessa região de Marabá) foi a migração.

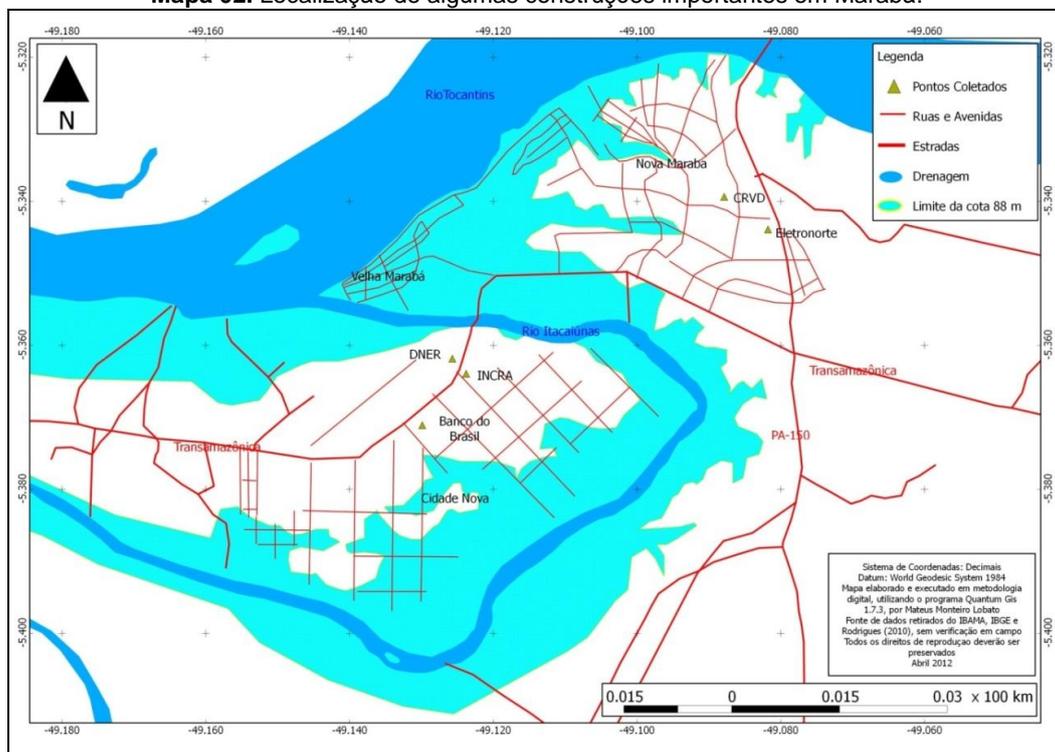
A principal evidência em Marabá dessa mudança foi a concepção, elaboração, e implementação do novo núcleo urbano de Nova Marabá por escritórios e agências do centro-sul do país. Os planos de criação do novo núcleo urbano tinham uma concepção de urbanismo completamente diferente e estranha aos padrões amazônicos. A principal idéia era que essa dinâmica social fosse substituída por uma nova, mais “atual e moderna”.

Nenhum desses Planos Diretores Integrados como foram denominados nos tempos do SERFHAU, implantou uma concepção a respeito de cidade ou alguma estratégia ou política pública concreta, embora manifestasse intenção de fazê-lo, como nos casos dos planos urbanísticos de Marabá, pretendendo criar um modelo adaptado à floresta e natureza local (ALMEIDA, 2008, p. 136).

O novo núcleo continha uma racionalidade bem estruturada, com ruas largas, espaços destinados a diversas atividades, blocos de habitações e vários outros elementos urbanísticos essenciais, ao estilo de sociedade dominante no centro-sul do país.

Esse núcleo urbano novo, serviria para consolidar a nova dinâmica social que seria implantada em Marabá, pautada na reprodução do capitalismo. O mapa 02 mostra a localização de algumas importantes construções, que foram construídos na consolidação desse novo ciclo de ocupação longe das enchentes.

**Mapa 02.** Localização de algumas construções importantes em Marabá.



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)/ RODRIGUES (2011), adaptado pelo autor (2012).

É importante notar que as construções que surgiram após a abertura da fronteira ao capital estão distantes das áreas ocupadas pelas águas dos rios nos períodos de inverno. São lojas de grande porte, firmas, escritórios e a rodoviária. São aqueles prédios em que devem estar nas áreas distantes dos alagamentos para funcionarem de forma ininterrupta.

No final da década de 1970 começou o processo de ocupação dos terrenos da Nova Marabá. Tecnicamente, a desocupação do núcleo velho seria dada concomitante a essa fase. O que se pode ver é que não houve o esvaziamento do núcleo velho, vários motivos podem ser levantados para isso. A grande burocracia para a liberação dos lotes, a baixa disponibilidade de infraestrutura e a resistência dos moradores em deixarem as suas casas na cidade velha.

Essa implantação do novo núcleo urbano marcou uma diferenciação no modo de vida da cidade, bastante pautada na relação com o rio. A implantação do novo núcleo pode ser então entendida como uma tentativa de mudança das relações sociais para permitir que a reprodução do capital seja instalada. As redes dos rios ditavam o tempo do transporte e das relações de deslocamento e de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução do modo de vida ribeirinho (RODRIGUES, 2010, p. 83-84).

Ao longo da história da cidade, esses moradores estabeleceram uma complexa convivência entre eles mesmos, com os rios que lhes garantiam, em parte, a sobrevivência e praticamente o único meio de locomoção até a chegada das rodovias. Foi estabelecida uma forma particular de apropriação do espaço urbano em bairros como Cabelo Seco, sendo a rua praticamente uma extensão da casa, onde os deslocamentos são facilitados pelas distâncias curtas e associado a uma solidariedade informal entre os moradores que persiste até hoje (ALMEIDA, 2008, p. 204).

Essa mudança procurava a todo custo invisibilizar as relações sociais presentes até então em Marabá. Silva (2006, p. 98), Baseado na recorrente ideia presente na Amazônia de atraso e depreciação cultural entende que:

[...] As décadas de 1970 e 1980 em Marabá foram de encontros de, pelo menos, duas ordens culturais: uma marcada pelos aportes culturais negros e outra mais próxima da ordem ocidental moderna. Esta última, através do discurso da exploração racional dos recursos tendeu-se a ocupar posição de superioridade técnica e cultural. Por isso, houve uma crescente estigmatização de expressões da cultura local anterior (recorrentemente denominada de “cabocla”) e de migrantes que traziam tradições inscritas num universo cultural negro, como os maranhenses. Desta forma, ocorreram deslocamentos, transformações, mas também uma crescente invisibilização de elementos e práticas do universo cultural negro e também indígena.

Mas essa mudança foi acompanhada de muita persistência da população marabaense. A população e até mesmo as elites regionais diziam que a cidade de Marabá acontecia no núcleo urbano, era lá que a vida e história deles tinha sido construída, e não nesse núcleo novo.

No limiar do século XX, no bojo desses diversos processos de modificação da fronteira, houve muitas transformações na configuração dos territórios, principalmente quando o foco está direcionado para Marabá, justamente por exercer papel proeminente dentro do contexto urbano da Amazônia (RODRIGUES, 2010).

Como já dito anteriormente, a conformação do território em Marabá está intimamente ligada com o processo de formação histórica. Pois, o signo dessa formação histórica marabaense são os frequentes fluxos migratórios que para lá convergiram. Esses fluxos migratórios frequentes na cidade de Marabá criaram uma cidade (uma realidade socioespacial) complexa do ponto de vista das trajetórias sociais, que chegaram e que foram construídas ao longo dessa formação.

A grande implicação, portanto, da mudança do perfil da fronteira e dos fluxos migratórios é o surgimento de novas questões sociais e recrudescimento de questões passadas. Claro exemplo é a discussão sobre reconfiguração territorial estadual. Uma discussão antiga, desde a época em que a cidade ainda era apenas uma colônia agrícola, já havia uma intenção

separatista na região. Os habitantes de onde se encontra a região de Marabá conseguiram a emancipação reivindicando a anexação a outro estado (VELHO, 1978).

Com a redemocratização do país na metade da década de 1980 em diante, a discussão separatista entrou num novo estágio e ganhou novo impulso com a autonomia federativa concedida pela Constituição Federal. No período de vigência dessa nova Constituição, ou seja, menos de 20 anos, foram criados 25 novos municípios. Alguns com pouca ou nenhuma viabilidade econômica, muito consequente de seu baixo contingente populacional, pois dependem dos repasses dados pela Companhia Vale do Rio Doce (COELHO, 1997) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (PALHETA DA SILVA, 2007).

A ampliação dessa discussão se projetou para a criação de dois novos estados: o Tapajós e o Carajás, este último seria no sul e sudeste paraense, justamente englobando a maioria dos novos municípios criados após a autonomia dada pela Constituição de 1988. Esse movimento separatista ganhou mais força por conta de duas variáveis: a migração e mais recentemente da economia.

Para Haesbaert (2004), tanto o processo de formação, quanto o de estruturação dos territórios está baseada numa perspectiva integradora, que conforma um recorte territorial a partir da política, da economia e da cultura, formando uma perspectiva integradora de entendimento e estruturação do território.

Destarte, nessa orientação na conformação do território a migração ganha então papel preponderante. Lembrando de Sayad (1998), a migração vai ser um elemento dinamizador das transformações do território, pois ela insere novas trajetórias sociais neste território. Logo, as várias trajetórias sociais fazem com que os migrantes alterem o território em suas várias manifestações. Alteram porque as experiências de cada um acumulados ao longo de suas trajetórias sociais, permitem lidar com a realidade estranha do local de destino de maneira diferenciada.

Silva (2006, p. 83-84) nos mostra indicativos dessa diferença:

[...] Além do contexto geral das diferenças culturais encontradas na região sudeste do Pará, devido à presença de migrantes de todas as partes do Brasil, a cidade de Marabá pode ser compreendida, especialmente, no entrelugar cultura entre o Nordeste – predominantemente o Maranhão – e o Pará.

Então, este processo de miscigenação de trajetórias sociais instaurou uma perspectiva diferenciada em Marabá, em que os habitantes da cidade (e da região sul e sudeste paraense) se sentem diferentes, principalmente da população residente no nordeste paraense.

A entrevista com Rildo Brasil, o criador da bandeira adotada como o símbolo para o possível estado, concedida ao Jornal Correio do Tocantins, mostra essa tentativa de diferenciação:

Correio do Tocantins – Símbolos como o hino e a bandeira significam a unidade de um povo. Mesmo antes da emancipação, você acredita que existe essa identidade entre os habitantes do sul e sudeste do Pará, como carajaenses?

Rildo Brasil – Olha, vejo muitas discriminações pelo *povo genuinamente paraense*. Vou sempre a Belém do Pará e lá eles nos chamam de região violenta, chamam Marabá de 'Marabala', dizem que nós aqui do sul e sudeste não somos paraenses, inclusive quando vamos lá para torcer pelo Águia de Marabá, eles falam que só existem dois times no Pará: Remo e Paysandu. Com isso, você percebe que há muita discriminação da parte do povo da capital. Como é que agora eles não querem que nós andemos com nossas próprias pernas? É por isso que acho que esta bandeira, escudo e hino serão, sim, a nossa identidade, aí sim não teremos mais a obrigação de sermos paraenses, aí seremos carajaenses mesmo eu tendo nascido como paraense. (CORREIO DO TOCANTINS, 2011a, [s.p.], GRIFO NOSSO).

O próprio jornal demonstra sua posição frente ao plebiscito:

O filho cresce e chega a hora de se emancipar, tornando-se mais um braço forte para a família e continuando unido pelos laços de fraternidade. Essa é a

principal ideia da campanha conjunta pela criação dos estados do Carajás e Tapajós [...] (CORREIO DO TOCANTINS, 2011b, NÃO PAGINADO).

Essa diferença apontada por Rildo e ratificada no momento das observações de campo, fazem parte de uma miscigenação de trajetórias sociais: goianos, tocantinenses, maranhenses, paulistas, baianos e outros, fundiram uma cultura em Marabá que destoa em vários aspectos do que encontramos próximo à capital. Músicas, comidas e o sotaque são apenas alguns indicativos dessas diferenças culturais forjadas pelos constantes fluxos migratórios aportados em Marabá ao longo de um século.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Marabá, bem como a região sudeste do estado do Pará, vem passando por uma série de transformações socioespaciais impostas pela sua inserção diferenciada dentro da nova Divisão Territorial do Trabalho. Apesar de já fazer parte de uma dinâmica antiga, remontando a metade do século XX, essa dinâmica atual vem sendo induzida por novos elementos, um deles é a processo de intensa integração econômica e social, a globalização.

Essa inserção da região na dinâmica internacional de globalização por meio de quatro grandes produtos: gado, soja, madeira e minérios, vem provocando a intensificação de fluxos migratórios para Marabá e a região sudeste do estado. E esses fluxos migratórios são responsáveis por provocar mudanças nas configurações socioespaciais dentro da cidade de Marabá.

Isso porque os fluxos migratórios são responsáveis por colocar juntas trajetórias sociais diferentes. No caso de Marabá esses fluxos migratórios colocaram inúmeras trajetórias sociais diferenciadas: paulistas, mineiros, cariocas, maranhenses e outras.

Por isso, o que se pode identificar em Marabá no seu espaço intraurbano é uma profusão de trajetórias sociais que a diferencia de espaços dentro do próprio estado como, por exemplo, Belém e sua região metropolitana. Além disso, essa diferença de trajetórias contribui para criar uma dinâmica socioespacial, que seja integrante de uma justificativa de reconfiguração territorial.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

ALMEIDA, José. Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. São Paulo, 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

BEKCEK, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004, 172 p.

\_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia, é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135 – 139.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. v. 6, n. 2 – p. 5-38 dez. 2003.

CASTIGLIONI, Aurélia. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luís Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009, p. 39-57.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e o processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás. In: \_\_\_\_\_; COTA, Raimundo Garcia. (Org.). **10 anos da estrada de ferro de Carajás**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 51-78.

CORREIO DO TOCANTINS. **Bandeira do Carajás foi concebida em Marabá**. Entrevista concedida por Rildo Brasil. Jornal Correio do Tocantins 2011a. Disponível em: <[http://www.ctonline.com.br/noticias\\_leitura.php?id=2632&id\\_caderno=2](http://www.ctonline.com.br/noticias_leitura.php?id=2632&id_caderno=2)>. Acesso em: 30 jan. 2012.

- \_\_\_\_\_. **Pró-Carajás e Tapajós ganha cara, som e emoção.** Jornal Correio do Tocantins 2011b. Disponível em: <[http://cotonline.com.br/noticias\\_leitura.php?id=2256&id\\_caderno=6](http://cotonline.com.br/noticias_leitura.php?id=2256&id_caderno=6)>. Acesso em: 30 jan. 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000, 355 p.
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais.** 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.
- FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras:** trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 187 p.
- DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas regionais no Brasil.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. p. 12-45.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.
- HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, 313 p. v. 1.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Amazônia Legal:** fronteira agrícola 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas\\_doc3.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtml)>. Acesso em: 20 nov 2011.
- LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá:** cidade do diamante e da castanha. São Paulo: Anhambi, 1958. 106 p.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Belém, CEJUP, 1992. 367 p. (Coleção Amazônia).
- \_\_\_\_\_. **A Amazônia no século XXI:** novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p.
- MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1185895685298/010CausasDesmatamentoAmazoniaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: o retorno a controvérsia do tempo da fronteira. In: \_\_\_\_\_. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145 – 203.
- NEPSTAD, Daniel Curtis; STICKLER, Claudia; ALMEIDA, Oriana Trindade de. A globalização das indústrias de soja e de gado na Amazônia: oportunidades para conservação. In: RIVERO, Sergio; JAYME JR, Frederico. (Org.). **As Amazônias do século XXI.** Belém: EDUFPA, 2008. p. 41-59.
- PALHETA DA SILVA, João Márcio. Perfil dos municípios paraenses. In: Rocha, Gilberto de Miranda (Org.). **Gestão ambiental:** desafios e experiências municipais no Estado do Pará. Belém: EDUFPA, 2007, p. 41-51.
- PINTO, Lúcio Flavio. **Siderúrgica em Marabá:** agora o sertão vai crescer? Jornal Pessoal 2010. [s. p.]. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1271>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá:** centralidade de uma cidade média. Belém, 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste paraense:** Marabá (1968-1988). Goiânia, 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- SAYAD, Abdelmalek. **A migração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998. 304 p.
- VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 178 p.